



VI SEMANA DO CONHECIMENTO

**UNIVERSIDADE EM TRANSFORMAÇÃO:
INTEGRALIZANDO SABERES E EXPERIÊNCIAS**

2 A 6 DE SETEMBRO/2019



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo **Relato de Experiência** **Relato de Caso**

**A FORMAÇÃO DA PRIMEIRA ESFERA PÚBLICA BRASILEIRA: PATRIARCALISMO E
PATRIMONIALISMO DISTANTES DA MATRIZ WEBERIANA NO BRASIL LIBERAL-
CONSERVADOR**

AUTOR PRINCIPAL: ALINE MOURA DA SILVA BOANOVA

CO-AUTORES:

ORIENTADOR: GIOVANI DA SILVA CORRALO

UNIVERSIDADE: UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

INTRODUÇÃO

O estudo analisa a formação da primeira esfera pública brasileira. Sua relevância reside na investigação da dialética entre patriarcalismo e patrimonialismo distantes da matriz weberiana no Brasil liberal-conservador. A pesquisa tem por objetivo geral demonstrar o grau de apropriação privada dos meios de gestão da máquina pública, bem como a ingerência pública sobre a economia e a sociedade na constituição do Estado Nacional. São seus objetivos específicos discorrer sobre a formação estatal-administrativa brasileira integrada aos tipos ideais de dominação da matriz weberiana, partindo das perspectivas social, econômica e política. O método utilizado foi o hipotético-dedutivo que estuda os ideais teóricos de dominação aplicados à formação do Estado Nacional brasileiro. A pesquisa será bibliográfica utilizando livros e meios eletrônicos. Com o resultado se espera contribuir para compreensão dos meios de apropriação da máquina estatal, impactando no conceito de interesse público.

DESENVOLVIMENTO:

Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, protagonizam duas construções clássicas do patrimonialismo largamente utilizadas como instrumento comparativo da sobreposição, por vezes recíproca, entre os domínios privado e público, seja em relação ao Estado-família (Holanda) ou ao Estado-indivíduo (Faoro). Todavia, ambas demonstram a precariedade da racionalidade na formação do Estado Nacional. O embate entre a “raiz conservadora - herança do burocratismo-patrimonial do Brasil-



VI SEMANA DO CONHECIMENTO

**UNIVERSIDADE EM TRANSFORMAÇÃO:
INTEGRALIZANDO SABERES E EXPERIÊNCIAS**

2 A 6 DE SETEMBRO/2019



Colônia e [...] valores de matriz liberal - propagados durante o Império e nos primórdios da República,” (WOLKMER, 2002, p. 71) marcam a formação da primeira esfera pública brasileira. Da mesma forma que houve uma incorporação local à formação patrimonialista, o liberalismo que se formou no Brasil diferiu do europeu. A principal faceta de sua origem reside no fato de ter sido “canalizado e adequado para servir de suporte aos interesses das oligarquias, dos grandes proprietários de terras e do clientelismo vinculado ao monarquismo imperial,” (WOLKMER, 2002, p. 75) utilizando-se amplamente da máquina estatal para manutenção dos privilégios oligárquicos. As transformações políticas, econômicas e sociais alteraram as formas administrativas-estatais observadas no Brasil entre os séculos XVI e XIX. As Constituições Imperial (1824) e Republicana (1891) refletiram na estruturação política e jurídica de legitimidade do poder oligárquico, centralizado na primeira e descentralizado nos estados na segunda. Estava formada a primeira esfera pública, que sem abandonar a influência do poder privado, se remete preponderantemente à gama de interesses hegemônicos das oligarquias. Nesse cenário o engendramento do poder público com o privado lançou as raízes patrimonialistas para além do Colonialismo, que sobreviveu submerso no liberalismo-conservador. Império e República Velha “são obrigados a transigir com o chamado poder privado. Com a democratização relativa do país, o poderio dos senhores locais tende a crescer, pelo eleitorado que dominam e podem jogar na balança política.” (WILLEMS, 1945, p. 6). A falta de uma organização preponderantemente racional-legal na estrutura política remete à duas situações. A primeira demonstra que o agir público se desenvolve em função do interesse econômico privado. A segunda configura um corpo social altamente dependente em relação ao Estado, incapaz de exercer a democracia de forma autônoma.

CONSIDERAÇÃO S FINAIS:

Todos esses fatores tornaram a esfera pública a forma política e jurídica de legitimação do poder oligárquico, antes detentor somente do poder econômico. A precariedade da organização racional-legal, baseada em uma burocracia principesca, reflete no campo político mantendo o patrimonialismo submerso no uso da máquina pública para interesse próprio. Já no campo social repercute na dependência da sociedade ao poder estatal, sem qualquer possibilidade de autonomia para ver satisfeitos os interesses

REFERÊNCIAS

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patrimônio político brasileiro, 10ª Ed. São Paulo: Globo, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



VI SEMANA DO CONHECIMENTO

**UNIVERSIDADE EM TRANSFORMAÇÃO:
INTEGRALIZANDO SABERES E EXPERIÊNCIAS**

2 A 6 DE SETEMBRO/2019



LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 7ª ed., 1966.

WEBER, Max. Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima. Tradução de Gabriel Cohen. Rio de Janeiro: Guedes Multimídia, 2008.

WOLKMER, Antônio Carlos. História do direito no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

WILLEMS, Emílio. Burocracia e patrimonialismo. São Paulo, 1945. Separata de Administração Pública, ano 3, nº 3 (setembro, 1945).

NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA (para trabalhos de pesquisa): Número da aprovação. SOMENTE TRABALHOS DE PESQUISA

ANEXOS

Aqui poderá ser apresentada **somente UMA página com anexos** (figuras e/ou tabelas), se necessário.